

DOSSIÊ: O RURAL, A CIÊNCIA E O MEIO AMBIENTE: UM DEBATE NECESSÁRIO

No país das antas: caça de mamíferos na dinâmica colonizatória da América portuguesa do século XVI

In the country of tapir: Mammals hunting in the colonizing dynamics of Portuguese America in the 16th century

Anelisa Gregoleti¹

¹Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

Christian Fausto Moraes dos Santos²

²Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil

Wellington Bernardelli Silva Filho³

³Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil

RESUMO: O presente artigo tem como intuito analisar e interpretar as descrições dos mamíferos nativos da América portuguesa, assinalando em especial a anta, com o intuito de entendermos um pouco mais sobre a diversidade do atual território denominado como Brasil em uma perspectiva passado-presente. A importância deste animal nativo como dispersor de sementes e fonte de proteína faz com que seja relevante constatar a disparidade do número de espécies que existiam na América portuguesa do século XVI com a quantidade de animais que vivem atualmente no Brasil. As expansões dos impérios coloniais de Portugal e Espanha no final do século XV colocaram os colonizadores em contato com novos povos e com novos ambientes e, progressivamente, deixou claro que a diversidade de plantas e animais era muito maior e, de certa forma, mais complexa do que os pensadores do período Clássico europeu haviam sistematizado em suas obras. Diante disso, analisaremos as fontes feitas pelos colonizadores europeus na América dentro do contexto cultural e alimentar, acentuando as diferenças nas práticas de caçar e modo de preparo dos animais caçados.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil colônia, história natural, meio ambiente.

¹E-mail: agregoleti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1541-5423>

²E-mail: chrfausto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7537-4547>

³E-mail: wbsilvafilho@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8604-9977>

ABSTRACT: *The present article aims to analyze and interpret the descriptions of mammals native to Portuguese America, highlighting in particular the tapir, with the aim of understanding a little more about the diversity of the current territory known as Brazil from a past-present perspective. The importance of this native animal as a seed disperser and source of protein makes it important to note the disparity between the number of species that existed in Portuguese America in the 16th century and the number of animals that currently live in Brazil. The expansions of the colonial empires of Portugal and Spain at the end of the fifteenth century brought colonizers into contact with new people and new environments and, progressively, made it clear that the diversity of plants and animals was much greater and, in some ways, more complex than the thinkers of the European Classical period had systematized in their works. Given this, we will analyze the sources made by European colonizers in America within the cultural and food context, highlighting the differences in hunting practices and the way in which hunted animals are prepared.*

KEYWORDS: Colonial Brazil, natural history, environment.

Introdução

As diversas espécies da flora e fauna observadas pelos europeus na América Portuguesa do século XVI revelam, através das diversas descrições, relatos e tratados elaborados por esses colonizadores, a construção e desconstrução dos paradigmas que tradicionalmente possuíam sobre o mundo natural. Esses documentos nos levam a refletir sobre o impacto do encontro desses homens com uma natureza desconhecida, de características profundamente distintas das plantas e animais indo-europeus, impulsionando assim a produção de novas explicações filosóficas e biológicas sobre essas espécies. Para tanto, faz-se necessário antes expor as bases do pensamento europeu do século XV e XVI, além do contexto das grandes navegações e seus impactos no contato com os povos originários americanos ao longo desse processo.

O conhecimento dessas novas espécies não se restringiu ao âmbito da produção de tratados filosóficos naturais, o que de fato ocorria na Europa durante do período de forma acelerada. O domínio sobre os animais e o conhecimento das espécies foram fatores de extrema importância para a manutenção do projeto colonizatório em curso. Em outras palavras, foi essencial para sobrevivência dos europeus colonizadores que se instalavam nas Américas (Thomas, 2010; Quammen, 2008). A caça, por exemplo, ganhou uma importância considerável no contexto colonizatório português, pois, por um lado, não se restringia a uma atividade mercantil, mas, por outro, representava a sobrevivência do colonizador. Quando buscamos situar o homem que comumente classificamos como colonizador neste período, temos de levar em consideração que este é, obviamente, pertencente a uma determinada cultura, e que esta está associada ao seu meio natural. Tal dinâmica acaba por gerar uma coexistência entre uma história dos seres vivos e uma história do Homem. Conforme notou Alfred Crosby (2011), uma cultura não existe sem seus animais e plantas explorados ou domesticados. Observado este aspecto, os pensamentos que emergem sobre as culturas humanas, como a alimentação, o comércio e a domesticação foram historicamente moldados pelo conhecimento dos seres humanos sobre o mundo natural em que vivem. Trana-se pertinente, portanto, adotar uma abordagem que considere a relação entre o homem, os elementos do meio natural e os integrantes do reino animal.

No processo de catalogação, sistematização e assimilação do conhecimento indígena sobre as espécies naturais do território americano, os europeus frequentemente compreenderam esse leque de novos elementos como que interligados, de alguma forma, com os do Velho Mundo, o que os levou a associá-los entre si. O exercício de comparar um animal americano com um animal europeu tornava o

exótico em algo potencialmente familiar (GERBI, 1992, p. 18). Nesse processo de assimilação através do escrutínio de semelhanças, aproximações e diferenças, como apontado por Michael Foucault em seu clássico *As palavras e as coisas* (1966), constituiu, até o final do século XVI, um novo olhar, assim como a mudança na escala de apreensão visual foi denominado como um acontecimento epistemológico. Foi justamente essa lógica que possibilitou aos colonizadores examinarem uma natureza inóspita que se exibía diante dos seus olhos, a partir da filosofia natural europeia, adaptando-a à nova realidade de que descortinava gradualmente diante de seus olhos.

No caso da América portuguesa do século XVI, devemos lembrar que ao contrário das primeiras impressões de abundância e docilidade natural, a Mata Atlântica mostrou-se muito rapidamente um ambiente inóspito para a sua fixação (Dean, 1996, p. 19-37). Como consequência, o processo de concretização do projeto colonizatório europeu mostrou-se notadamente violento para a natureza existente. A derrubada sistemática da cobertura vegetal para a implementação de uma cultura agrária baseada na monocultura não apenas transformou radicalmente a paisagem natural, mas também desencadeou uma série de impactos ecológicos significativos. Entre esses impactos, destaca-se a caça intensiva dos animais nativos, que se apresentavam tanto como uma fonte adicional de alimento quanto, no caso dos grandes felinos, como um perigo para a sobrevivência desses homens. Assim, é essencial analisar de que forma os impactos da colonização nos ecossistemas da Mata Atlântica, como a exemplo da caça intensiva de animais, especialmente dos herbívoros responsáveis pela dispersão de sementes, pode ter consequências diretas nas plantas que coevoluíram com estes animais.

Neste amplo contexto, alimentação e caça tornaram-se questões mais profundas do que se pode pensar inicialmente. Elas não somente foram incorporadas nas práticas culturais dos colonizadores, como também possibilitaram a sobrevivência destes. Tais hábitos, para além de sua função estritamente nutricional, permitiram a criação de relações e laços, criando espaços de identidades e sociabilidades, tornando-se uma tática de sobrevivência que obrigatoriamente antecede qualquer projeto colonizatório.

O gosto pela caça: da destreza útil da caçada

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa, antes dos europeus, existiam no território hoje compreendido como Brasil entre um e cinco milhões de indígenas, falantes de mais de mil línguas diferentes (IBGE, 2002). Desses, o tupi era um dos grupos mais expressivos, especialmente entre aqueles que ocupavam o território litorâneo. Devido à abundância de cartas e tratados redigidos pelos jesuítas e colonizadores durante o período colonial, hoje dispomos de um vasto acervo de registros sobre seus costumes e práticas (IBGE, 2000).

Nessas fontes, um dos elementos de grande interesse dos europeus sobre o conhecimento indígena era o campo da alimentação e todos os aspectos a ele associados: o ato de se alimentar, a caça, o cultivo, a conservação, o processamento, o preparo.

Além das práticas alimentares, também era objeto de atenção as técnicas de construção de ferramentas e os utensílios como armadilhas, canoas, cestos, arcos e flechas, machados, zarabatanas, entre outros, necessários para realizar as tarefas cotidianas. Para cada uma dessas atividades, também se mostrava necessário assimilar o conhecimento dos indígenas sobre o novo território: quais eram as épocas de chuva e de seca; como era o comportamento de cada animal; qual a época em que os frutos amadureciam e qual era o melhor período para plantar e colher. Gabriel Soares de Sousa, enquanto esteve na América portuguesa durante o século XVI, especificamente perto do Rio Martim Afonso até o porto de São Pedro, descreveu como os povos originários delimitavam o local de plantação, moradia e pesca:

E tem esta terra algumas reboleiras de mato à vista umas das outras onde há muita caça de veados que andam em bandos, e muitas outras alimárias e aves, e ao longo da costa há grandes pescarias e sítios acomodados para povoações com seus portos, onde entram caravelões, em a qual se darão todos os frutos que lhe plantarem, assim naturais como de Espanha; e dos mantimentos de terra se aproveita o gentio tapuia, em suas roças e lavouras, que fazem afastadas do mar três ou quatro léguas, por estarem lá mais abrigados dos ventos do mar, que cursam no inverno, onde ao longo dêle não tem nenhum abrigo, o porque lhe fica a lenha muito longe. (SOUSA, 1971, p. 121).

Em seu *Tratados da terra e da gente do Brasil em 1587*, o senhor de engenho português afirmou que os nativos americanos residiam ao longo da costa pois encontravam grande sorte de peixes e, também, faziam estrategicamente os seus portos, onde entravam algumas caravelas. Nesses sítios, produziam todos os frutos que eles plantavam, pois calculavam em suas roças e lavouras, o afastamento do plantio do mar de três ou quatro léguas, por estarem lá mais abrigados dos ventos do mar, que cursam no inverno. Relatos como o de Sousa descrevem o cotidiano dos residentes originários do Novo Mundo, permitindo-nos observar seus conhecimentos sobre a natureza e as técnicas empregadas para sua exploração.

Nos primeiros decênios de contato com os indígenas, os europeus tiveram acesso a milênios de saberes que, muitas vezes, significariam a diferença entre a vida e a morte ou mesmo entre a fome e a saciedade, o que em última instância permitiu o sucesso de seu empreendimento colonizatório. O português Pero de Magalhães Gândavo, quando dedica parte da sua obra para falar das coisas gerais da costa do Brasil, escreveu a respeito desse conhecimento vivenciado entre colonizadores europeus e nativos americanos:

Huma das cousas que sustenta e abasta muito os moradores desta terra do Brasil, he a muita caça que ha nestes matos de muitos generos e de diversas maneiras, a qual os mesmos indios da terra matão assi com frechas como por industria de seus laços e fojos, onde costumão tomar a maior parte dela. (Gândavo, 1963, p. 12).

Para o cronista português, a caça era uma das coisas que sustentavam e abastavam os moradores da América portuguesa, uma vez que as florestas e rios eram generosos de diversas maneiras. Não sem razão, os indígenas supriam parte significativa de seus alimentos através de expedições de caça e de pesca (Mann, 2012). Gândavo relata que os indígenas matavam suas presas com flechadas, laços ou fojos produzidos e armados nos quais os animais costumam passar.

A diversidade biogeográfica da Mata Atlântica criou um desafio natural significativo para os colonizadores (Crosby, 1993). É importante lembrar que capturar animais na densa Mata Atlântica não era simples, e as técnicas tradicionais de plantio, caça e pesca dos portugueses não se adequavam à nova geografia e clima. O viajante alemão Hans Staden relata justamente esse ponto de vivência:

[...] na qual toda a gente da ilha anda nua e não tem por alimento animaes domésticos, nem possui coisas para sua subsistência das que nós usamos, como vestimentas, camas, cavallos, porcos ou vaccas; [...] etc... e tem que se arranjar e viver a seu modo [...]. (Staden, 1930, p.21).

O alemão relata que os nativos americanos andavam nus e não tinham por alimento animais citados dentro da concepção de animais domésticos, nem possuíam coisas para suas subsistências das quais os europeus se utilizavam. Os povos nativos americanos não se utilizavam de vestimentas,

camas, cavalos, porcos e vacas. Além do mais, afirma Staden, os colonizadores europeus tiveram que se adaptar e viver conforme o modo de vida do Novo Mundo.

As diferenças entre o Novo e o Velho Mundo extrapolavam o domínio morfoclimático da fauna, flora e biomas. Imaginemos o impacto causado nos colonizadores quando estes se depararam com culturas que, em sua grande maioria, concebiam o ato de caçar tanto como uma necessidade para suprir demandas calóricas quanto uma atividade cercada por inúmeras simbologias e prestígio. Os colonos europeus, à medida que se fixaram nas capitânicas e vilas, traziam consigo os alimentos componentes de sua herança alimentar. Animais de corte há milênios domesticados, como gado, carneiro e o porco, formavam a base da tradição culinária da maioria das culturas europeias (Diamond, 2008, p. 131-175).

Este exército que relincha, murge e grunhe sempre esteve ao lado dos conquistadores e colonizadores europeus. Eram passageiros frequentes dos porões das naus que zarpavam do Velho Continente rumo às novas possessões ultramarinas. Obviamente, cada nova possessão portuguesa tinha seu próprio domínio morfoclimático. Em cada um deles, os animais domésticos trazidos pelo colonizador apresentavam um desempenho diferente. Na América portuguesa os animais domésticos recém-desembarcados do Velho Mundo tiveram de enfrentar, tanto quanto seus senhores, inúmeros obstáculos para se estabelecerem nas bordas da Mata Atlântica, seja por fatores ligados às novas condições climáticas ou pela mudança na dieta alimentar (Reitz, 1992, p. 84-91). A primeira menção sobre o uso de animais em território brasileiro ocorre justamente no primeiro documento redigido em território nacional, a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Manuel I, acerca da chegada dos navegadores portugueses ao Novo Mundo em maio de 1500. O escrivão lusitano teceu alguns comentários em suas páginas sobre os ossos utilizados como adornos atravessando bocas, narizes e orelhas. Caminha também foi o primeiro a notar a ausência de criação doméstica de animais para consumo entre estes, afirmando que “[...] eles não lavram nem criam, não há aqui boi nem vaca, nem cabra nem ovelha nem galinha” (Caminha, 1999, p. 4).

Ao empunhar a pena para descrever as maravilhas de um Novo Mundo com o qual estavam tendo contato pela primeira vez, Caminha foi atravessado por diversos interesses. Havia, claro, uma demanda em observar, compreender e descrever os fenômenos e criaturas que o circundavam. Mas, em paralelo a essa demanda, havia outra necessidade igualmente relevante, um elemento que estava implícito no empreendimento das Grandes Navegações: o componente econômico. Era necessário saber dosar a pena, não descuidando do que era exótico, curioso, possivelmente lucrativo e potencialmente problemático. Ficar atento aos animais consumidos pelos nativos, assim como registrar a ausência de animais domésticos nos revela o quanto as questões logísticas ligadas à alimentação, eram consideradas tarefas importantes neste período. A constatação de Caminha sobre a inexistência de bois, vacas, cabras e galinhas revela que os europeus eram plenamente conscientes da importância dos animais domésticos enquanto uma vantagem logística e estratégica.¹ Da América a Goa, os portugueses sempre se preocuparam em reservar parte dos porões de suas naus a uma tripulação que, muitas vezes, era formada por diversos quadrúpedes.

¹ A lógica dos agricultores do século XVI de possuírem animais domésticos, propiciava a estratégia de, por exemplo, o gado, prover carne, leite, couro e energia (através do arado). A capacidade dos animais domesticados criarem alimentos para os humanos, a partir do que os humanos não comem, serviu muito aos europeus (Crosby, 2011, p. 27-32). A domesticação de animais e o cultivo de plantas significaram muito mais do que comida e populações mais numerosas. Possibilita explicar, em última instância, por que os impérios, a alfabetização e as armas de aço surgiram inicialmente na Eurásia e depois se desenvolveram, ou não, em outros continentes (Diamond, 2008, p. 90).

A analogia dos saberes

Existem aproximadamente 4800 espécies de mamíferos descritas até o momento pela comunidade científica em todo o mundo. Até o momento, pois a catalogação de novas espécies ocorre com frequência. Dentre todos os seres vivos conhecidos pela humanidade, as biotas brasileiras figuram como local de especial profusão de espécies e diversidade biológica. Entre os mamíferos, o número alcança 650 espécies descritas (REIS *et al.*, 2006). Todavia, é admissível que diversas espécies ainda estejam por ser descobertas e descritas. Mamíferos são animais reconhecidamente importantes para a manutenção dos ecossistemas. Participam de diversos processos ecológicos, tais como o controle populacional de espécies vegetais e animais e, também, na dispersão de sementes (Piedade, 1977). Fato notório quando analisamos o relato de Gabriel Soares de Sousa que descreve a respeito da anta, quando diz se alimentar de “[...] frutas silvestres e ervas” (Sousa, 1971, p. 243). Os mamíferos herbívoros desempenham tal função, dispersar sementes através dos seus dejetos e, dessa forma, contribuir com a proliferação de plantas em locais por onde eles passam.

Outra característica inerente aos mamíferos é sua capacidade de sobreviver na maioria dos ambientes da Terra (Reis *et al.*, 2006). Importante ressaltar que espécies de grande e médio porte dessa subclasse de animais vertebrados geralmente são as que lideram a lista de animais escolhidos para serem caçados. No caso dos colonizadores europeus que desembarcaram no Novo Mundo, isso não foi exceção, e a anta era a maior presa nas matas do Brasil (Padilla; Dowler, 1994; Radinsky, 1969). Desde o século XVI, Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 243) considerava a anta como sendo a maior alimária que a América portuguesa criava. De acordo com as descrições realizadas pelos colonizadores europeus, a anta possuía diversas nomenclaturas, tais como: tapyretê, tapii, tapiroussu, tapihire, tapiíra e tapir (Cardim, 1980, p. 111; Sousa, 1971, p. 243; Léry, 1961, p. 157; Thevet, 1978, p. 162; Anchieta, 1988, p. 128). Acredita-se que o termo “anta” de origem tupi é suscetível de várias explicações. Uma delas foi feita pelo jesuíta espanhol José de Anchieta, (1988, p. 147), que explicou ser *Tapyr* a denominação para o povo Tupi, e o sufixo *eté*, significando como verdadeiro, legítimo, sendo utilizado para diferenciar o animal que os tupis só conheceram depois do contato com os europeus.

Entre fins da Idade Média e início da Era Moderna, a filosofia natural preconizava que, ao se fazer a descrição de um animal, era necessário elencar e organizar tudo que dele pudesse ser contado. Com quais outros animais se pareciam, quais eram seus “inimigos” na natureza, em que brasões e flâmulas tremulava, quais histórias eram contadas sobre ele e, também, que sabor tinha quando era cozido, assado ou frito (Foucault, 1999, p. 30-35). O porco e a vaca foram alguns animais do Velho Mundo empregado pelos colonizadores como referência para descreverem o sabor da carne de alguns animais nativos da colônia. Pero de Magalhães Gândavo (1963, p. 12), Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 243) e Jean de Léry (1961, p. 95) descrevem que o sabor da carne da anta, além de gostoso, era muito parecido com o da carne da vaca. Diferentes, apenas, na quantidade de sebo, já que a carne da anta quase não possui. De fato, a carne de anta parece ter uma predileção especial entre os colonizadores, chegando a ser considerada mais saborosa e succulenta que a carne de gado.

Diferentemente dos europeus, entre os povos originários inexistiam animais reservados especificamente para o abate. Tal percepção foi relatada por Pero Vaz de Caminha (1999, p. 4), quando observa que os nativos não lavravam e nem criavam, não havendo boi, vaca, cabra, ovelha, galinha ou qualquer outro animal nos quais eram acostumados. Alguns anos depois, mesmo diante de uma provável aclimação de animais domésticos europeus em terras americanas, Jean de Léry (1961, p. 135) assinalou o fato de que muito raramente animais domésticos eram fontes alimentícias primárias. Entretanto, a ausência de animais específicos para o abate não representava um agravante, tendo em vista o amplo leque de opções alimentícias encontradas entre os animais silvestres. O próprio Léry deixa isso claro quando sublinha a anta como caça principal dos tupinambás (1961, p. 97).

Os nativos americanos do século XVI preparavam a carne da anta de dois modos: a cozinhavam ou moqueavam. O moqué, método utilizado pelos povos originários, foi explicado de forma minuciosa por Jean de Léry. Durante sua estada no Rio de Janeiro, este francês analisou como os indígenas daquela região enterravam profundamente no chão quatro forquilhas de pau, enquadradas à distância de três pés e à altura de dois pés e meio, local onde assentavam varas com uma polegada ou dois dedos de distância uma da outra. Segundo o viajante francês, a carne era colocada em cima dessa espécie de grelha formada de madeira, na qual chamavam de bouças (Léry, 1961, p. 96). Em outra descrição sobre o moqué, esta feita por Hans Staden (1930), fica perceptível que a técnica era utilizada pelos indígenas visando, também, a conservação dos alimentos. O alemão relata que deitavam a carne escolhida sobre pequenos paus, à altura de quatro palmos acima do fogo, deixando o alimento assar e defumar até que ficasse completamente seco. Quando mais tarde querem comê-lo, cozinhavam-no novamente (Staden, 1930, p. 164). No caso específico da anta, Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 244) sublinhou a necessidade de seu preparo ser mais longo para se tornar suculenta, devido ao fato de que esta não possuía sebo, por isso era considerada dura.

Os registros feitos por esses colonizadores atuavam como mediações discursivas, uma tentativa de comunicar a seus principais leitores ações e criaturas até então desconhecidas. Logo, como criar, a partir do nada, uma imagem de algo que nunca foi visto? Devemos lembrar que as descrições da anta, assim como a de vários animais da América portuguesa, eram aos leitores europeus sobre espécies de todo desconhecidas. Em resposta, a analogia foi uma ferramenta frequentemente utilizada, como, por exemplo, na descrição das dimensões de tais espécies. A familiaridade entre espécies distintas, hoje analisada a partir do prisma de um campo de saber das ciências naturais conhecido como sistemática, também se fazia visível para o homem do início da Era Moderna. O paradigma, porém, era outro. As figuras de linguagem das *similitudes* eram as convocadas para expressar e assinalar semelhanças visíveis, encontradas na superfície dos seres (Foucault, 1999, p. 40-42). Os sinais de uma afinidade poderiam se encontrar, por exemplo, na profunda similaridade física de alguma estrutura anatômica em especial. Estas *conveniências* não passaram despercebidas aos olhos do jesuíta português Gabriel Soares de Sousa. Para o senhor de engenho português, no que se refere às partes específicas da anatomia da anta, os constituintes que julgava similares com a da vaca para descrever a corpulência anatomia deste habitante do Novo Mundo. Para o senhor de engenho, o peito da anta em muito lembrava ao de um bovino, pois possuía o “[...] peito cacho como maçã do peito da vaca” (Sousa, 1971, p. 243).

Outro exemplo do uso da assimilação como mediação discursiva pode ser visto em Fernão Cardim. Jesuíta português, Cardim embarcou com destino ao Brasil em 1583, alcançado a posição de secretário do padre visitador. Autor de *Tratados da terra e da gente do Brasil*, em suas páginas descreve a anta sob o prisma da assimilação como a mula. “Estas são as antas, de cuja pelle se fazem as adargas; parecem-se com vaccas e muito mais com mullas” (Cardim, 1925, p. 37). A respeito do tamanho da anta, o jesuíta português a descreveu como semelhante à vaca, mas muito mais parecida com uma mula. Provavelmente Cardim tenha considerado na mula uma analogia melhor por conta da similaridade anatômica, pois ambas as espécies possuem uma anatomia muscular mais densa. João de Azpilcueta Navarro, padre jesuíta espanhol que desembarcou no Brasil em 1549, chegou a mesma conclusão (Navarro, 1988, p. 176). José de Anchieta (1988, p. 129) e Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 103) também. Para eles, a anta se assemelhava muito à mula, diferenciando-se apenas pelo tamanho um pouco menor, devido às suas pernas mais curtas e grossas.

O frade francês André Thevet seguiu a mesma perspectiva, registrando que “a tapiira é do tamanho de um asno adulto, mas seu pescoço é mais grosso” (Thevet, 1978, p.125). Mas, com relação ao couro da anta, o autor se valeu da mesma referência empregada pelos demais cronistas, chegando mesmo a afirmar que o couro desta era chamado de couro de vaca:

O pêlo é avermelhado, como o de algumas mulas e vacas da nossa terra, razão pela qual os cristãos que aí vivem chamam-na de vaca, já que quase não há diferença entre os dois animais, exceto no que se refere aos chifres, que a tapiira não possui. Para dizer a verdade, este animal tem tanto de vaca quanto de asno, pois é coisa bem rara ver-se um bicho em tudo semelhante a outro de espécie diversa, sem que ambos apresentem entre si marcantes diferenças. (Thevet, 1978, p. 162-163).

O princípio desta analogia provavelmente residia nas características do gado ibérico. A história das raças bovinas portuguesas deriva de três troncos distintos: batávio (Barrossã e Turina), aquitânico (Galega, Aroquesa, Alentejana, Mertolenga, Agarvia, Minhota) e ibérico (Mirandesa e Brava) (Mariante; Cavalcante, 2006, p. 36). Praticamente todas estas raças têm o couro na cor avermelhada, uma característica também presente no couro da anta e que foi observado por Andre Thevet.

Na perspectiva dos colonizadores, a anta parecia ser uma candidata ideal ao processo de domesticação. Seu comportamento, inclusive, fora comparado aos de um animal consideravelmente dócil e estratégico durante as expansões ultramarinas. A anta, principalmente os espécimes que aprenderam a conviver com seres humanos desde filhotes, em muito lembrava a vaca (*Bos taurus*) por conta de sua mansidão e corpulência. Como era uma espécie abundante na Mata Atlântica do século XVI, afirmava o jesuíta espanhol José de Anchieta “[...] não faltavam antas” (Anchieta, 1988, p.436). O cronista português Pero de Magalhães Gândavo também viu similaridades entre o comportamento da anta e o do gado europeu. Afinal, ambos pastavam e comiam ervas (Gândavo, 1963, p. 12). Entretanto, quando corria, a anta lembrava muito mais a um ágil veado, como concluiu o francês André Thevet (1978, p. 163).

É importante que nos atentemos à essa temporalidade: após um século de contato com o Novo Mundo, as similitudes entre conhecido e desconhecido começaram a se mostrar insuficientes para descrever a natureza local. Talvez devido à grande diversidade da fauna encontrada na nova colônia, as analogias com os animais do Velho Mundo já não fossem suficientes. Isso poderia justificar as várias descrições de animais do Novo Mundo que se valeram de outros animais (também) do Novo Mundo para serem feitas. Por exemplo, o frade francês André Thevet descreveu a pelagem da anta semelhante à da cutia: “sua cauda minúscula tem apenas três ou quatro dedos de comprimento e é pelada como a da cutia (na América são comuníssimos os animais desprovidos de rabo)” (Thevet, 1978, p. 162). Fica claro que ao final do século XVI, as analogias já não eram capazes de abarcar e descrever um mundo cada vez mais vasto e diverso. Não é por acaso que as referências ao conhecido nem sempre bastavam para explicar o desconhecido.

De como eram pegas os pés fendidos

Desde os tempos mais imemoriais, a caça se apresenta como uma estratégia primordial para o abastecimento alimentar dos seres humanos. Não é por acaso que cenas ligadas à caça foram comumente retratadas em pinturas rupestres encontradas ao redor do mundo. Na história europeia, a caça também desempenhou um papel significativo, sendo representada em várias obras artísticas ao longo dos séculos. Durante o período medieval europeu, por exemplo, a caça foi um tema constante na arte, refletindo não apenas uma prática comum, mas também um fator identitário da aristocracia. Os brasões das famílias aristocráticas frequentemente estampavam elementos ligados à caça, como armas e animais, reforçando a importância dessa atividade em sua identidade. Ou seja, para além de um aspecto alimentar, a caça esteve diretamente ligada a um aspecto simbólico de poder, identidade e legitimação de papéis sociais. Não foi diferente no caso dos povos indígenas. Para estes, a caça também se circunscrevia uma complexa rede de significados, na qual a escolha dos animais a serem caçados obedecia a

critérios ultrapassava a busca por suprir suas necessidades alimentícias. Na estrutura simbólica que tece o universo alimentar indígena, há uma ordem que estabelece a disposição de tal trama. Nem toda criatura da mata pode (ou deve) ser comida. Havia a separação dos seres que poderiam ser consumidos, domados/domesticados. Neste arranjo baseado em inúmeros critérios que iram do religioso ao toxicológico, os indígenas estabeleciam uma ordem no aparente caos da mata. O que, obviamente, implicava em um acúmulo dinâmico e profundo sobre os mais variados ecossistemas, sua fauna e flora (Anderson, 1997, p. 67-71).

Outra característica desta sofisticada construção indígena de saberes sobre o mundo natural era a otimização do uso de itens oriundos da floresta. Carcaças de animais como a anta, capivara, cotia, catetos e queixadas eram aproveitadas ao máximo, que encontravam várias utilidades para cada parte, demonstrando assim um profundo conhecimento e habilidade para o aproveitamento dos recursos disponíveis. No caso da anta, um dos principais motivos de sua caça, para além de sua saborosa carne, era o inestimável valor atribuído ao seu couro. Pero Magalhães Gândavo (1963, p. 12) foi um dos colonizadores que registrou a relevância deste item, ressaltando a sua resistência e rigidez. O senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa chegou a afirmar que, devido à dureza de seu couro, muitas vezes nem mesmo flechas conseguiam matar a anta, mesmo quando caçada por pessoas experientes (1971, p. 243). A respeito de como os nativos americanos confeccionavam escudos feitos com o couro da anta, José de Anchieta (1988, p. 129) descreve que a pele do animal era retirada e colocada para endurecer com a ação do sol. Tal procedimento fazia com que a pele ficasse tão rígida que o escudo se tornasse completamente impenetrável às flechas. O frade francês André Thevet também dedicaria algumas palavras sobre a dinâmica e a resistência do couro de anta para fins bélicos. Para o frade francês, o couro deste animal era considerado muito resistente, o que agregava valor à fabricação de escudos de guerra pelos nativos americanos. E só com grande dificuldade se conseguia atravessar tal escudo com um tiro de bacamarte.² Em busca de uma analogia que conseguisse descrever a eficiência de tal tecnologia defensiva indígena, Thevet comparou estes escudos de couro com os broqueis barceloneses, que, da mesma maneira que o escudo, não deixavam uma flecha passar. Afinal, nem mesmo balas dos arcabuzes³ penetravam nos broqueis (Thevet, 1978, p. 125).

Sobre estes escudos feitos de couro de anta curtido, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa e José de Anchieta deram diferentes nomes. O jesuíta português chamou de *adarga*: “estas são as antas, de cuja pelle se fazem as adargas” (Cardim, 1925, p. 37). *Adarga* significava em termos europeus, o principal e mais característico escudo feito de couro e de forma ovalada (Chiara, 1987, p. 134). Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 244) denominou-os de *couraça* e afirmou que não passava por ela qualquer estocada. A *couraça*, basicamente, era uma armadura feita de pedaços de fitas ou metal, rebitadas em couro ou um tecido grosso e, a estocada, significava golpe de perfuração com faca ou adaga. O jesuíta José de Anchieta (1988, p. 129) nomeou o escudo de *broquel*, que significava um escudo pequeno com empunhadura central (Edge; Paddock, 1994, p. 110).

Além do uso atribuído ao couro, os ossos das antas eram especialmente cobiçados devido às suas propriedades medicinais. Gabriel Soares de Sousa relatou que os nativos americanos separavam esses ossos, os queimavam e administravam as cinzas como remédio aos enfermos de câmaras (um tipo de desintéria) para que bebessem e fossem devidamente curados (1971, p. 244). Ainda sobre o uso medicinal, André Thevet (1978, p. 151) registrou que suas presas eram usadas para realizar sangrias, procedimento terapêutico intimamente relacionado às práticas medicinais do paradigma hipocrático galênico.

² Bacamarte é um tipo de arma de fogo de cano curto e largo (Ferreira, 2008, p. 215).

³ Arcabuz é uma antiga arma de fogo portátil, vulgarmente chamada de espingarda nas crônicas dos europeus do século XVI (Ferreira, 2008, p. 157).

Os ossos e couro da anta eram apreciados, mas era a sua carne que ocupava o papel central nos objetivos da caça a esse animal. Considerada uma iguaria, sua carne era tão valorizada que o jesuíta espanhol José de Anchieta (1988, p. 436), em carta escrita em 1585 na região de Piratininga, enfatizou que a única maneira de saborear tal carne era vindo até a colônia, pois na metrópole não havia nada comparável. Sua abundância na Mata Atlântica foi registrada pelo jesuíta português Fernão Cardim (Cardim, 1925, p. 37), sublinhando ser sua caça extremamente popular entre os colonizadores.

Na hierarquia da caça a anta era um prêmio cobiçado devido à sua corpulência, que poderia render cerca de 136 kg de excelente carne, além do fato desta ser considerada de excelente sabor (Padilla; Dowler, 1994). O frade francês André Thevet (1978, p. 162) relatou que não se tratava de uma espécie perigosa, pois, quando se sentia ameaçada, o seu único mecanismo de defesa era fugir em busca de um lugar para se esconder. José de Anchieta (1988, p. 129) narrou também a respeito do motivo da anta viver perto dos rios, pois, quando se sentiam ameaçadas quando os cães as perseguiram, estas se lançavam ao rio e ficavam escondidas debaixo d'água por muito tempo, e, também, quando mergulhavam e iam para o fundo d'água, saíam em outra parte, onde costumavam cavar e se alimentar de raízes e tubérculos. Um hábito que o jesuíta identificou como o de comer barro nas ribanceiras.

Capturar animais com tamanha dimensão exigia toda a gama de habilidades e uma das empregadas era a da captura pelo fojo. Possivelmente a armadilha de caça mais antiga da humanidade devido à sua simplicidade, o fojo consiste em uma armadilha de queda, com a versão mais básica envolvendo apenas um buraco cavado no solo, podendo incluir acessórios adicionais para garantir a morte ou aprisionamento da presa (Chiara, 1987, p. 83). O fojo foi citado por André Thevet (1978, p. 161) como uma armadilha utilizada pelos indígenas para caçar antas e outros animais de grandes dimensões, como veados e javalis. Assim como Thevet, Hans Staden descreveu que se tratava de uma técnica pela qual indígenas cavavam um buraco bem fundo no lugar por onde os animais passavam quando estavam em busca de alimentos (Staden, 1930, p. 170). Neste caso havia uma variação da técnica do fojo, sendo este camuflado com folhagens. Em complemento, André Thevet (1978, p. 161-162) considerou o fojo uma técnica de grande astúcia e habilidade, já que os animais dificilmente conseguiam escapar e, para Staden, quando caíam no buraco e, ocasionalmente, permaneciam vivos, os nativos podiam os matar a flechadas dentro da própria armadilha (Staden, 1930, p. 170). Essa técnica, de aguardar a anta cair no fojo para matá-la à flechadas, também foi igualmente descrita por Gabriel Soares Sousa (1971, p. 243) como estratégia comum entre os indígenas.

A reprodução e o comportamento também estiveram entre os hábitos observados pelos indígenas e, conseqüentemente, registrados pelos colonizadores. Gabriel Soares de Sousa relatou, por exemplo, que a fêmea da anta gera apenas um filhote por vez e que, enquanto o filhote ainda não consegue andar, depende integralmente dos cuidados do macho. Durante esse período, enquanto a fêmea sai em busca de alimento, o macho fica responsável pela proteção do filhote (Sousa, 1971, p. 244). Nessa fase, tanto os pais quanto o próprio filhote estão vulneráveis, o que facilitava o trabalho dos caçadores. Sobre seus hábitos, José de Anchieta (1988, p. 129) descreveu que a anta dorme durante o dia, sendo no período noturno que sai em busca de frutos, seu alimento preferencial. E quando não há frutos, contenta-se com casca de árvores.

As observações e registros sobre a anta, suas características físicas e comportamentais foram apontadas pelos mais diversos cronistas, religiosos e colonizadores. O frade francês André Thevet (1978, p. 162), por exemplo, se preocupou em descrever a rapidez das antas ao se locomoverem e, sobretudo, ao empreenderem fuga. O senhor de engenho português Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 243) relatou que a anta, por conta de sua corpulência e força não era boa saltadora. Procurando dar uma ideia da dimensão da força destes animais, José de Anchieta (1988, p. 129) descreveu que as antas conseguiam abrir caminho por espessos bosques, separando os ramos de plantas por onde passavam.

José de Anchieta também fez um relato interessante sobre um comportamento específico da anta quando esta encontra-se acossada. Segundo o jesuíta, quando estas se comunicavam para alertar sobre algum perigo iminente, utilizava de uma curiosa estratégia de sinais sonoros como tática de sobrevivência. Tal comunicação, segundo o jesuíta espanhol, se dava através de assobios (Anchieta, 1988, p. 129).

As antas são, sem dúvida, animais de grande complexidade biológica e comportamental. O conjunto de hábitos que compõem suas múltiplas estratégias de sobrevivência incluem, entre outros aspectos, atitudes sociais especializadas. Um exemplo destes é justamente o sinal descrito por Anchieta como um assobio, que se constitui como uma característica comportamental preservada ao longo da evolução da espécie devido à sua importância na proteção contra predadores. Na biologia, o comportamento entre animais da mesma espécie é analisado principalmente em função de seus mecanismos de comunicação, seja por sinais químicos emitidos ou pela maneira como tais sinais são recebidos e interpretados (Koster, 2009, p. 580). O que torna este registro feito por Anchieta especialmente interessante ao considerar o caráter metódico e observador dos colonizadores em relação às características da fauna para eles então recém-descoberta.

Da abundância à escassez

O impacto do processo de colonização europeu sobre os ecossistemas da Mata Atlântica é frequentemente analisado apenas sob a perspectiva da ação direta dos colonizadores sobre a vida vegetal (Dean, 1996). Entretanto, a caça intensiva de animais como a anta pode ter consequências diretas nas plantas que coevoluíram com estes animais para se dispersarem. As plantas que produzem sementes grandes, impossíveis de serem engolidas por aves, necessitam de outros meios para a consolidação de seu processo de propagação ao longo da floresta. A anta, como um mamífero herbívoro, constitui-se como uma importante dispersora de espécies vegetais na dinâmica ecológica do ecossistema que habitam (Deutsch; Puglia, 1990, p. 45). As sementes dispersas por estes mamíferos são quase sempre oriundas de frutos doces, amarelos, cheirosos e polpudos, como o arará (*Campomanesia spp.*) e o bacupari (*Rheedia gardneriana*), frutos registrados na Mata Atlântica desde o século XVI (Howe; Smallwood, 1982, p. 201-228). Assim, muitas são as plantas que necessitam de animais como a anta e para completarem seu ciclo reprodutivo e se dispersarem.

Conforme cronistas como Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 243) e José de Anchieta (1988, p. 129) já haviam verificado, a anta possui uma dieta composta de diversos frutos, ervas, leguminosas e tubérculos; ou seja, é um animal herbívoro forrageador. Este animal é um agente ecológico essencial nas comunidades das plantas, além de um eficiente fornecedor de alimento para a fauna que se nutre de excrementos.

A função categórica das antas na estrutura, diversidade dinâmica e biológica dos biomas é essencial (Henry, Feer, Sabatier, 2000). No entanto, a anta brasileira (*Tapirus terrestris*) está enfrentando ameaças significativas que afetam negativamente esse papel crucial, contribuindo para seu status de vulnerável na lista vermelha de espécies ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Várias são as razões que têm contribuído para a situação preocupante. A destruição e fragmentação de habitats naturais, especialmente devido ao desmatamento para a agricultura, pecuária e desenvolvimento urbano, são as principais ameaças à anta. A perda de áreas florestais impacta negativamente a disponibilidade de alimentos e espaços adequados para as antas viverem. A caça ilegal, seja em busca de carne, pele ou por esporte, é outra ameaça significativa para as antas. Além disso, conflitos entre antas e agricultores, devido à predação de plantações, estão também entre as causas principais de sua caça contemporânea (Flesher, Medici, 2022). Além desses fatores, as antas são frequentemente atropeladas por veículos em áreas onde estradas cortam seus habitats. Por fim, mas não menos importante,

a contaminação da água por poluentes, incluindo agrotóxicos e resíduos industriais, pode comprometer sua qualidade, resultando em problemas de saúde e, em casos extremos, até mesmo na morte de antas e outros animais que a utilizam.

A combinação desses fatores resulta em um declínio preocupante nas populações de antas (Ribeiro *et al.*, 2009). A conservação eficaz desses animais requer esforços para proteger e restaurar seus habitats, implementar medidas de combate à caça ilegal, estabelecer corredores ecológicos para conectar áreas fragmentadas e promover práticas sustentáveis de uso da terra. A conscientização pública sobre a importância e a coexistência harmoniosa com essas espécies também desempenham um papel preponderante na preservação da anta brasileira (Medici, Mangini, Fernandes-Santos, 2014).

Conclusões

As descrições de animais da fauna do Novo Mundo feitas durante o primeiro século da colonização europeia são recorrentes em praticamente todos os cronistas, viajantes, colonizadores, missionários e aventureiros que aportaram naquela nova colônia do reino de Portugal. Muito antes do estabelecimento de uma cultura pecuária que conseguisse suprir as demandas alimentares dos europeus que desembarcavam sistematicamente nas praias da América portuguesa, foram os recursos finitos da caça empreendida na Mata Atlântica que, em boa medida, permitiram o empreendimento colonizatório. Graças à crescente interdisciplinaridade entre a história e áreas como zoologia, ecologia e biogeografia, é possível analisar, por meio dos relatos, tratados e crônicas do século XVI, o impacto da expansão europeia sobre a fauna silvestre do Novo Mundo, especialmente na América portuguesa. Muitas vezes, a história do processo colonizatório é excessivamente especializada, focando apenas nas dimensões políticas e econômicas do período. No entanto, é crucial reconhecer que a história da América Portuguesa também envolve a relação humana com outras espécies e as consequências dessa dinâmica. O processo de extinção de inúmeras espécies da fauna brasileira não nos deixa mentir.

A caça da anta e o subsequente consumo de sua carne, couro e outras partes do corpo foram temas recorrentes e meticulosamente registrados pelos colonizadores através da observação e assimilação das práticas, técnicas e saberes indígenas. Assim, pelas complexas relações desempenhadas entre colonizadores, indígenas e antas, podemos compreender elementos significativos a respeito da América portuguesa no início da Era Moderna.

Referências:

- ANDERSON, S. Mammals of Bolivia. *Taxonomy and Distribution*. *Bulletin of the American Museum of Natural History*, Sydney, 1997.
- CHIARA, V. Armas: bases para uma classificação. In: RIBEIRO, D. (Editor). *Suma etnológica brasileira*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987, p. 117-138.
- CROSBY, A. W. *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600*. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 1993.
- CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DEAN, W. A. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DEUTSCH, L. A.; PUGLIA, L. R. R. *Os animais silvestres: proteção, doenças e manejo*. 2, São Paulo: Globo, 1990. 191 p.
- DIAMOND, J. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

- EDGE, D.; PADDOCK, J. M. *Arms & Armor of the medieval knight: An Illustrated History of Weaponry in the Middle Ages*. 4. ed. New Jersey: Crescent Books, 1994. 194 p.
- FARBER, P. L. *Finding order in nature: The Naturalist Tradition from Linnaeus to E. O. Wilson*. By Paul Lawrence Farber. Baltimore: Johns Hopkins UP, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa* dicionário. 7. ed. Curitiba: Positivo; 2008.
- FLESHER, K.M.; MEDICI, E.P. The distribution and conservation status of *Tapirus terrestris* in the South American Atlantic Forest. *Neotropical Biology and Conservation* 17(1): 1-19, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.3897/neotropical.17>>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1966] 1999.
- GERBI, A. *La naturaliza de las Indias Nuevas: de Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GRANT, E. *The foundations of modern science in the middle ages*. Their Religious, institutional, and intellectual contexts. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- HENRY, O.; FEER, F.; SABATIER, D. Diet of Lowland Tapir (*Tapirus terrestris*). *Biotropica*, v. 32, n. 2, p. 364-368, 2000.
- HOWE, H. F.; SMALLWOOD, J. Ecology of seed dispersal. *Ann Rev. Ecol. Syst.*, n. 13, p. 201-228, 1982.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As Tribos Indígenas - Índios Brasileiros*. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/indiosbrasil>>. Acesso em: 23 out. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Território brasileiro e povoamento – modos de vida dos Tupinambás ou Tupis*. 2000. Disponível em: < <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasil-e-povoamento/historia-indigena/modos-de-vida-dos-tupinamba-ou-tupis.html>>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- IUCN - International Union for Conservation of Nature. *Red list of threatened species*. 2001. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org>>. Acesso em: 04 jan. 2024.
- KOSTER, J. Hunting Dogs in the Lowland Neotropics. *Journal of Anthropological Research*, v. 65, p.575-610, 2009.
- MANN, C. C. 1493: a descoberta do Novo Mundo que Cristóvão Colombo criou. Alfragide: Casa das Letras, 2012.
- MARIANTE, A. S.; CAVALCANTE, N. *Animais do descobrimento: raças domésticas da história do Brasil*. 2. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006. 274p.
- MEDICI, E.P.; MANGINI, P. R.; FERNANDES-SANTOS, R.C. Health assessment of wild lowland tapir populations in Brazil. *Journal of wildlife Diseases* 50(4): 817-828, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.7589/2014-02-029>>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- OUTRAM, D. New space in natural history. In: JARDINE JR., N. et al. (ed.) *Cultures of natural history*. Cambridge: University Press, 1996, p. 249-266.
- PADILLA, M.; DOWLER, R. C. *Tapirus terrestris*. *Mammalian Species*, v.2, n. 481, p.1-8, 1994.
- PAPAVERO, N.; PUJOL-LUZ, J. *Introdução histórica à biologia comparada, com especial referência à biogeografia*. IV. De Descartes a Leibniz (1628-1716). Rio de Janeiro: EDUR, 1997.
- PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D. M.; LLORENTE-BOUSQUETS, J. *História da biogeografia no período pré-evolutivo*. São Paulo: Plêiade/FAPESP, 1995.
- QUAMMEN, D. *O canto do Dodô: biogeografia de ilhas numa era de extinções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RADINSKY, L. B. The early evolution of the Perissodactyla. *Evolution*, v. 23, n. 2, p. 308-328, jun., 1969.
- REIS, N. R. et al. *Mamíferos do Brasil*. Londrina: N.R. Reis, 2006. 437p.
- REITZ, E. J. The Spanish colonial experience and domestic animals. *Historical Archaeology*, v. 26, n. 1, p. 84-91, 1992.
- RIBEIRO, M.C.; METZGER, J. P.; MARTENSEN, A. C.; PONZONI, F. J.; HIROTA, M. M. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *Biological*

Conservation 142 (6): 1141-1153, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.biocon.2009.02.021>>. Acesso em 05 dez. 2023.

SILVA, W. C. L. *As terras inventadas*: discurso e natureza em Jean de Léry; André João Antonil e Richard Francis Burton. São Paulo: UNESP, 2003.

THOMAS, K. *O Homem e o mundo natural*: mudanças de atitudes em relação às Plantas e os animais (1500-1800). Tradução João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Fontes:

¹ ANCHIETA, José de. *Cartas*: informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

² CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear, de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia e Heitor Megale. São Paulo: Humanitas, 1999.

³ CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1980.

⁴ GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Obelisco, 1963.

⁵ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

⁶ NAVARRO, João de Azpilcueta. *Cartas avulsas*. São Paulo: EDUSP, 1988.

⁷ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Edusp, 1971.

⁸ STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1930.

¹⁰ THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

Submetido em: 31/03/2024

Aceito em: 20/09/2024